



**INTESA SANPAOLO
BRASIL SA**

INTESA SANPAOLO BRASIL S.A. – BANCO MÚLTIPLO

**Relatório de Gerenciamento de Riscos
Basileia III Pilar 3**

31 de Março de 2017

Sumário

1. Objetivo	3
2. Principais Indicadores	3
3. Gerenciamento de Riscos e Capital	4
3.1 Requerimentos de Capital Vigentes	5
3.2 Balancete	6
3.3 Capital Apurado	7
3.4 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	8
3.5 Suficiência de Capital	9
4. Ativos Ponderados pelo Risco	10
4.1 Risco de Mercado	10
4.2 Risco de Liquidez	14
4.3 Risco Operacional	17
4.4 Risco de Crédito	18
5. Razão de Alavancagem	21
6. Anexo I – Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR	22
7. Anexo II – Modelo Comum de Divulgação de Informações sobre a Razão de Alavancagem	27

1. Objetivo

Este relatório tem como objetivo atender aos requisitos estabelecidos nas Circulares n. 3.678 e 3.716 do Banco Central do Brasil sobre a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (“RWA – *Risk Weighted Assets*”) e à apuração do Patrimônio de Referência (“PR”) em conformidade com às regulamentações vigentes e com os normativos institucionais do Intesa Sanpaolo S.A. – Banco Múltiplo (“ISP BR”) e ao Grupo Intesa Sanpaolo (“ISP”).

2. Principais Indicadores

Os resultados dos principais indicadores de Capital deste semestre foram:

Índice de Basileia

44.72%

Dec-16: 42.97%

Índice de Capital Principal

44.72%

Dec-16: 42.97%

Índice de Nível II

0.00%

Dec-16: 0.00%

Patrimônio Referência

R\$ 329 milhões

Dec-16: 326 milhões

Capital Principal

R\$ 329 milhões

Dec-16: 326 milhões

Nível II

R\$ 0

Dec-16: 0

RWA

R\$ 736 milhões

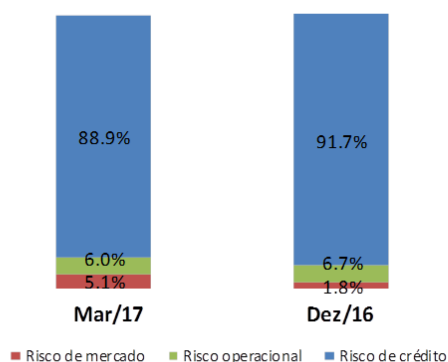
Dec-16: 759 milhões

Exposição ao Risco de Crédito

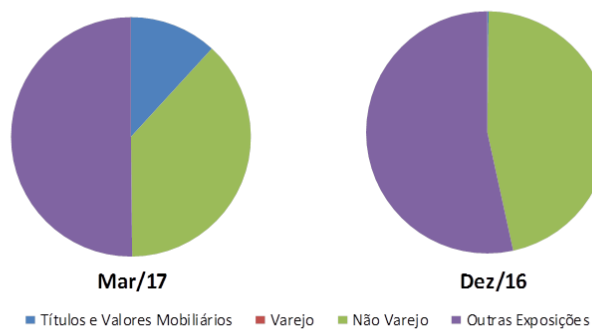
R\$ 655 milhões

Dec-16: 697 milhões

Composição do RWA



Composição da Exposição ao Risco de Crédito



3. Gerenciamento de Riscos e Capital

O gerenciamento de riscos é considerado pelo Intesa Sanpaolo um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos bem como selecionar as melhores oportunidades de negócios, tendo como ciclo base as etapas abaixo descritas:

IDENTIFICAÇÃO	Identificar os riscos inerentes às atividades da Instituição, contemplando a avaliação e classificação dos negócios, produtos e serviços
MENSURAÇÃO	Quantificação por meio do uso de metodologias amplamente reconhecidas e aceitas, seja sob condições normais de mercado ou situações adversas e/ou de estresse simulado. Faz-se uso de abordagens compatíveis com a complexidade das operações, produtos e serviços existentes
MITIGAÇÃO	Representa as medidas tomadas pela Instituição para a redução dos riscos por meio de ações que minimizem o impacto no caso da materialização do risco apurado. Por exemplo, avaliação e uso de garantias reais para operações de crédito, seguros, hedge etc.
ACOMPANHAMENTO	Contempla o pleno acompanhamento dos riscos para garantir o cumprimento frente as normas vigentes, políticas e limites definidos institucionalmente
REPORTE	Toda ação voltada à divulgação de informação sobre riscos que permeiam toda a organização, mercado e órgãos regulatórios

Os processos de gerenciamento de Riscos permeiam toda a instituição e cabe ao Departamento de Gestão de Riscos e Capital (“DGRC”):

Desenvolver e gerenciar sistemas para identificação, mensuração e gerenciamento dos diferentes tipos de risco;

Preparar políticas e estratégias de gestão de capital, dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, estabelecendo limites e procedimentos operacionais destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;

Quantificar a exposição total por fatores de risco individuais e o correspondente “consumo” de capital;

Avaliar novos produtos e tipos de transações e divulgar processos e políticas atualizados regularmente;

Definir e documentar processos e políticas de recuperação de crédito;

Definir políticas para diversificação adequada das fontes de financiamento e dos prazos estabelecidos;

Conduzir (ao menos anualmente) testes de avaliação dos sistemas implementados para os riscos e gestão de capital;

Realizar o cálculo de capital requerido considerando cada parcela do risco de acordo com a regulamentação vigente, de modo a calcular a quantia de capital regulatório considerada adequada para a Instituição;

Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse), incluindo a quebra de premissas, ciclos econômicos e de mercado e mudanças nas condições de liquidez, cujos resultados devem ser considerados para revisão e atualização das políticas estabelecidas e limites para a adequação de capital;

Preparar plano de contingência contendo as estratégias para assegurar condições de continuidade dos negócios e limitar perdas significativas; e

Gerar relatórios acerca dos riscos encontrados para reporte aos diversos níveis da Instituição, aos reguladores e ao mercado.

3.1 Requerimentos de Capital Vigentes

Os requerimentos mínimos de capital são divulgados por normativos do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e refletem, de forma própria, a adequação ao estabelecido pelo “Comitê de Supervisão Bancária de Basileia” nas publicações conhecidas como “Basileia III”.

Estes requerimentos são calculados através da razão da avaliação do Patrimônio de Referência (PR) e das parcelas de risco apuradas (RWA). O cronograma dos mínimos regulamentares é demonstrado no quadro seguinte:

	Jan/17	Jan/18	Jan/19
Capital Principal	4.50%	4.50%	4.50%
Nível I	6.00%	6.00%	6.00%
Capital Total	9.250%	8.625%	8.00%
Adicional de Capital Principal (ACP) ¹	1.500%	2.375%	3.500%
de Conservação	1.250%	1.875%	2.50%
Contracíclico	0.000%	0.000%	0.000%
Importância Sistêmica	0.250%	0.500%	1.00%
Capital Principal + ACP	6.000%	6.875%	8.000%
Capital Total + ACP	10.75%	11.00%	11.50%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	80%	100%	100%

¹ Metodologia estabelecida pela Circular n. 3.769/15 divulgada pelo BACEN

3.2 Balancete

Tabela 1

(R\$ mil)

Balancete	Mar-17	Sep-16
ATIVO	638,202	436,497
Circulante e Realizável a Longo Prazo	636,134	434,249
<i>Disponibilidades</i>	190	132
<i>Aplicações Financeiras de Liquidez</i>	56,029	19,589
<i>Titulos e Valores Mobiliarios e Instrumentos Financeiros</i>	135,528	59,802
<i>Operações de Crédito</i>	250,303	266,856
<i>Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa</i>	- 962	-
<i>Outros Créditos</i>	194,936	87,824
<i>Outros Valores e Bens</i>	110	46
Permanente	2,068	2,248
<i>Investimentos</i>	1	1
<i>Imobilizados de Uso</i>	1,759	1,830
<i>Ativos Intangíveis</i>	308	417
PASSIVO	638,202	436,497
Circulante e Exigível a Longo Prazo	307,869	111,766
<i>Depósitos</i>	5,254	8,501
<i>Relações Interdependências</i>	-	31
<i>Obrigações por Empréstimos e Repasses</i>	259,401	86,204
<i>Instrumentos Financeiros Derivativos</i>	6,514	131
<i>Obrigações por Repasses do Exterior</i>	5,312	9,835
<i>Outras Obrigações</i>	31,388	7,064
Resultados de Exercícios Futuros	476	323
Patrimônio Líquido	326,919	320,573
<i>Capital</i>	306,065	306,065
<i>Reserva Legal</i>	-	937
<i>Outras Reservas de Lucros</i>	20,857	13,577
<i>Ajustes a valor de mercado - TVM</i>	- 3	- 6
Contas de Resultados	2,938	3,835
<i>Receitas Operacionais</i>	86,271	58,799
<i>(Despesas Operacionais)</i>	- 80,776	- 51,874
<i>(Despesas não Operacionais)</i>	- 1,638	- 5
<i>(Imposto de Renda)</i>	- 1,316	- 1,219
<i>(Contribuição Social)</i>	550	1,021
<i>(Ativo Fiscal Diferido - Imposto e Contribuições)</i>	- 153	- 845

3.3 Capital Apurado

O Patrimônio de Referência, como definido pela Resolução n. 4.192/13 publicada pelo BACEN, é composto pelo somatório dos capitais de nível 1 e 2 onde,

Nível 1: somatório do capital principal e complementar, apurado a partir do capital social, às reservas de capital, reavaliação e lucros, contas contábeis credoras subtraídos as contas devedoras e ajustes prudenciais; e

Nível 2: composta por instrumentos elegíveis, conforme avaliação do BACEN.

Abaixo o resumo da apuração do PR da Instituição:

Patrimônio de Referência	Mar-17
Nível I	329,610
Capital Principal	329,610
Capital Complementar	-
Nível II	-
Capital autorizado como Nível II	-
PR	329,610

A descrição detalhada da apuração do PR encontra-se no "Anexo I – Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR" ao final deste documento.

3.4 Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Para o cálculo dos requerimentos mínimos de capital, atendendo as resoluções divulgadas pelo BACEN n. 4.192/13 e 4.281/13, apuramos o total dos ativos ponderados pelo risco (RWA) através da seguinte fórmula:

$$RWA = \underbrace{RWA_{cpad}}_{\text{Risco Crédito}} + \underbrace{RWA_{cam} + RWA_{jur} + RWA_{com} + RWA_{acs}}_{\text{Risco de mercado}} + \underbrace{RWA_{opad}}_{\text{Risco Operacional}}$$

Onde,

RWA_{cpad} – Parcela de exposição ao risco de crédito sob metodologia padronizada;

RWA_{mpad} – Parcela de exposição ao risco de mercado sob metodologia padronizada;

RWA_{cam} – parcela relativa a exposição em ouro, moeda estrangeira e em ativos sujeitos a variação cambial;

RWA_{jur} – parcela relativa à exposição sujeitas à variação de taxa de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação;

RWA_{com} – parcela relativa à exposição sujeitas à variação do preço de *commodities*;

RWA_{acs} – parcela relativa à exposição sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação;

RWA_{opad} – Parcela de exposição ao risco operacional sob metodologia padronizada.

A tabela abaixo apresenta a evolução do RWA do ISP BR:

Tabela 3

(R\$ mil)

	Mar-17	Dec-16	Sep-16	Jun-16
RWA	736,987	759,488	581,933	576,513
Risco de Crédito (RWA_{cpad})	655,391	696,565	473,760	485,495
Risco de Mercado (RWA_{mpad})	37,454	13,685	58,934	41,681
Exposição Cambial (RWA_{cam})	37,454	13,685	58,934	41,681
Variação Preço de Ações (RWA_{acs})	-	-	-	-
Variação Preço de Commodities (RWA_{com})	-	-	-	-
Juros (RWA_{jur})	-	-	-	-
Taxa Pré - RWA_{jur1}	-	-	-	-
Taxa Cupons Moedas - RWA_{jur2}	-	-	-	-
Taxa Cupons Índices Preços - RWA_{jur3}	-	-	-	-
Taxa Cupons Taxas de Juros - RWA_{jur4}	-	-	-	-
Risco Operacional (RWA_{opad})	44,143	49,239	49,239	49,337

3.5 Suficiência de Capital

Em 31 de Março de 2017, o PR apurado foi de R\$ 329,6 milhões, integralmente composto por capital nível 1, e o RWA total foi de R\$ 736,9 milhões, dos quais R\$ 655,4 milhões alocados para o Risco de Crédito, R\$ 44,1 milhões alocados para o Risco Operacional e R\$ 37,5 milhões para o Risco de Mercado.

Entende-se que o capital atual é suficiente para suportar o crescimento dos negócios nesta fase inicial.

Abaixo, a avaliação do Índice de Basileia:

	%
Índice de Basileia	Mar-17
Nível I	44.7%
Capital Principal	44.7%
Capital Complementar	-
Nível II	-
Índice de Imobilização	0.46%

O índice de imobilização mostra o comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo imobilizado. Por determinação do BACEN este índice não poderá ser superior a 50%.

No processo de controle e mensuração do risco de mercado, destacam-se a utilização das ferramentas e processos abaixo:

- **EVE (*Economic Value of Equity*)**

O EVE (*Economic Value of Equity*) é uma metodologia amplamente utilizada pelo mercado para a análise da carteira *banking* onde os fluxos de ativos e passivos são trazidos a valor presente recorrendo a choques nas taxas de juros.

O valor apurado em risco decorre da diferença entre o valor presente dos fluxos à taxa de mercado e o valor apurado dado as taxas estressadas.

- **Teste de Estresse e Análise de Cenários**

Testes de Estresse e Análise de Cenários serão realizados para destacar possíveis vulnerabilidades em casos de eventos extremos. Os testes serão realizados através da mensuração da variação do valor teórico de posições em aberto contra variações definidas dos fatores de risco. O resultado de tais testes será reportado tempestivamente à demais departamentos, Diretoria do ISP BR e Matriz do Grupo ISP, bem como comunicação aos Comitês de Gerenciamento de Riscos & Capital e Riscos Financeiros (*ALCO, Asset and Liabilities Committee*) do ISP BR.

A Análise de Cenários será realizada periodicamente de modo a replicar eventos extremos de maior intensidade que ocorreram historicamente, com a variação do valor teórico das posições obtida com a simulação de todos os fatores de risco de forma agregada. Da mesma forma que os testes, os resultados de tais análises serão reportadas tempestivamente à demais departamentos, Diretoria do ISP BR e Matriz do Grupo ISP, bem como comunicação aos Comitês de Gerenciamento de Riscos & Capital e Riscos Financeiros do ISP BR.

Adicionalmente, demais indicadores que forem julgados necessários para a melhor captura da perda potencial no portfólio sob análise poderão ser incluídos nas análises de risco, dando-se atenção especial à análise de cenários para a quantificação de riscos originados a partir de parâmetros ilíquidos.

- **Risco de Juros na Carteira de Não Negociação (*Banking Book*)**

O ISP BR possui sistemas e procedimentos destinados à mensuração e gerenciamento do risco taxa de juros, este definido como a exposição da condição financeira do ISP BR à variações adversas nas taxas de juros referentes aos ativos e passivos, dentro e fora do balanço. Das principais métricas utilizadas para o controle do risco de juros, destacam-se:

Delta: É a sensibilidade da carteira para mudanças em um fator relevante de risco de mercado, tal como a taxa de juros. No caso de exposição à taxa de juros, o Delta coincide com o direcional PV (descrição abaixo);

PV: É a sensibilidade da carteira para mudanças da taxa de juros, calculado como a mudança no valor de mercado da carteira devido a movimentação paralela de 50bps e 100bps na curva de rendimentos (*yield curve*).

A tabela abaixo apresenta o sensibilidade da carteira banking dado os diferentes cenários:

Tabela 6

Carteira Banking - Sensibilidade (000 BRL)

Fatores de Risco	31/03/2017							
	UP 50	UP 100	DW 50	DW100	Cen. I	Cen. II	Cen. III	Cen. IV
Taxa de Juros	(91.87)	(88.28)	(92.42)	(96.02)	(31.06)	(91.21)	(12.74)	(74.54)
Cupom Cambial	292.50	(162.38)	1,207.78	1,668.23	(1,563.68)	1,237.17	(1,845.65)	950.90
Índice de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
TR/TJLP	-	-	-	-	-	-	-	-

Carteira Banking - Sensibilidade (000 BRL)

Fatores de Risco	30/09/2016							
	UP 50	UP 100	DW 50	DW100	Cen. I	Cen. II	Cen. III	Cen. IV
Taxa de Juros	429	498	308	235	697	289	833	441
Cupom Cambial	(0)	(1)	-	1	184	193	(33)	(25)
Índice de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
TR/TJLP	-	-	-	-	-	-	-	-

Carteira Banking - Sensibilidade (000 BRL)

Fatores de Risco	30/06/2016							
	UP 50	UP 100	DW 50	DW100	Cen. I	Cen. II	Cen. III	Cen. IV
Taxa de Juros	525	604	385	300	1,196	808	1,283	885
Cupom Cambial	14	28	(14)	(28)	214	163	(54)	(108)
Índice de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
TR/TJLP	-	-	-	-	-	-	-	-

Carteira Banking - Sensibilidade (000 BRL)

Fatores de Risco	31/03/2016							
	UP 50	UP 100	DW 50	DW100	Cen. I	Cen. II	Cen. III	Cen. IV
Taxa de Juros	569	664	417	316	1,320	892	1,364	917
Cupom Cambial	45	90	(45)	(90)	405	231	214	33
Índice de Preços	-	-	-	-	-	-	-	-
TR/TJLP	-	-	-	-	-	-	-	-

Sendo:

1. UP 50: Choque positivo de 50 *basis points* (bps) no respectivo fator de risco;
2. UP 100: Choque positivo de 100 *basis points* (bps) no respectivo fator de risco;
3. DW 50: Choque negativo de 50 *basis points* (bps) no respectivo fator de risco;
4. DW 100: Choque negativo de 100 *basis points* (bps) no respectivo fator de risco;
5. Cen I: Maior variação positiva em um dia durante a crise de 2008 em bps para cada fator de risco;
6. Cen II: Maior variação negativa em um dia durante a crise de 2008 em bps para cada fator de risco;
7. Cen III: A maior variação positiva em um ano por *bucket*, independente do dia. A junção dessas variações gerou este cenário em bps;
8. Cen IV: A maior variação negativa em um ano por *bucket*, independente do dia. A junção dessas variações gerou este cenário em bps.

- **Controle de Limites**

O ISP BR definiu uma estrutura de limites refletindo a tolerância da Instituição ao risco, visando a proteger o capital econômico e solvência do ISP BR bem como a permitir a assunção de riscos controlados para apoio à atividade comercial. Entre todos os limites, destacam-se:

Limites de Liquidez;

Limite de Plafond (limites especificados para o risco de emitente);

Limites de *Stop Loss*.

O controle de tais limites dá-se por meio de sistemas e procedimentos aplicados pela Tesouraria e DGRC do ISP BR, com ações emergenciais e reportes definidos em Políticas internas do ISP BR para situações de risco.

4.2 Risco de Liquidez

Define-se risco de liquidez conforme a Resolução n. 4.090/12 do BACEN como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e/ou a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

No processo de controle e mensuração do risco de liquidez destacam-se a utilização dos processos, ferramentas e indicadores abaixo:

- **Liquidity Coverage Ratio (LCR)**

Possui como objetivo a promoção da resiliência do perfil de risco de liquidez, garantindo, através da manutenção de uma quantia suficiente de ativos de qualidade e de elevada liquidez, o suporte de períodos de estresse de até 30 (trinta) dias. A aplicação deste indicador deve prover em sua estrutura a consideração de uma combinação de choques sistêmicos e idiossincráticos com o propósito de avaliar possíveis / esperadas saídas ou entradas de caixa.

Tabela 7a

Indicadores de Liquidez (000 BRL)

LCR 30 days	502%
HQLA	111,460
NetCashOutflow30days	22,225
Limit	90%
Sublimite	0
Nível 2 (máx)	40%
Concentração Atual	0%
Nível 2b (máx)	15%
Concentração Atual	0%
LCR Stressed	78%
HQLA	111,460
NetCashOutflow3months	143,037
Limite	100%

- **Net Stable Funding Ratio (NSFR)**

Possui como objetivo garantir a resiliência em um período de tempo mais longo, garantindo a utilização de fontes de *funding* mais estáveis e de prazos mais longos para prover o financiamento de ativos existentes. A aplicação de tal indicador, concebido para promover uma estruturas de maturidades sustentáveis para ativos e passivos, deve considerar um requerimento de *funding* estável de forma a manter os valores adequados para fazer frente a situações de estresse.

Abaixo temos o quadro com os indicadores apurados:

Tabela 7b

Indicadores de Liquidez (000 BRL)	
NSFR	140%
<i>Funding Estável Disponível (FED)</i>	380,096
<i>Funding Estável Requerido (FER)</i>	271,699
Limite	90%

- **Teste de Estresse e Análise de Cenários**

Testes de Estresse e Análise de Cenários serão realizados para avaliação de eventos negativos à posição de liquidez e adequação de reservas de liquidez, considerando-se a definição de eventos hipotéticos, devendo possuir hipóteses realistas e ao mesmo tempo conservadoras em termos de severidade e duração do choque simulado.

Tais testes serão realizados trimestralmente pelo DGRC com reporte de seus resultados à Diretoria do ISP BR e Matriz do Grupo ISP, levando-se em conta as principais premissas:

Perda parcial da habilidade de renovação de depósitos vencidos com os clientes (incluindo títulos emitidos);

Persistência de perda parcial no *funding* garantido de curto prazo, com respeito a certas contrapartes e tipos específicos de títulos fornecidos como garantias;

A falta completa de rolagem de *funding* de atacado com contrapartes financeiras;

Aumento na volatilidade do mercado, afetando a qualidade das garantias ou exposições futuras devido a transações com derivativos;

Utilização inesperada de parcelas não usadas de linhas de liquidez e de crédito fornecidas aos clientes; e

A necessidade de continuação de recompra de dívida própria ou cumprimento de obrigações contratuais de modo a mitigar o risco reputacional.

- **Plano de Contingência de Liquidez (“PCL”)**

O ISP BR definiu a metodologia para gerenciamento de sua liquidez em caso de crise e emergências temporárias ou duradouras de liquidez relacionadas a condições de mercado ou específicas ao ISP BR.

O PCL estabelece:

A identificação de sinais de aviso prévio, que visam a detecção de potencial estresse de liquidez, divididos em indicadores sistêmicos (situações de mercado) e específicos (relativos à atividade do ISP BR).

Identificação e mensuração dos sinais de aviso prévio em três níveis de alerta, bem como respectiva metodologia para acionamento do PCL conforme a escala do risco:

Situação normal de operação;

Aviso prévio indicativo de situações potenciais de risco; e

Aviso emergencial.

Acionamento do Grupo de Gerenciamento de Liquidez, formado pelo DGRC, Tesouraria e Diretoria do ISP BR em caso de situações de risco, com poderes para:

Assumir temporariamente os poderes necessários para implementar, tempestivamente, as medidas operacionais com intenção de superar a fase inicial de emergência de liquidez;

Atualizar constantemente a Matriz do Grupo ISP e Conselho de Administração do ISP BR sobre a evolução da situação e ações tomadas;

Definir o acionamento de estratégias e medidas visando a superação da crise de liquidez, conforme detalhado no PCL.

4.3 Risco Operacional

Define-se risco operacional, conforme a Resolução n. 3.380/06 do BACEN como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos extremos bem como fraudes internas e externas à Instituição.

No processo de controle e mensuração do risco operacional, destacam-se a utilização dos processos, ferramentas e indicadores abaixo:

- **Identificação, Mensuração e Gerenciamento do Risco Operacional**

A identificação do risco operacional é coordenada pelo DGRC, através da:

Definição da responsabilidade de cada departamento e área de negócio do ISP BR em identificar e comunicar prontamente eventos que gerem risco operacional;

Coleta e atualização dos dados de eventos significativos para o risco operacional;

Avaliação do impacto do risco operacional em potencial associado à introdução de novos produtos, processos ou sistemas e inserção em novos mercados;

Mensuração do risco operacional para determinação da exposição;

Gerenciamento do risco operacional, através de sua mitigação, transferência ou aceite;

Monitoramento das ações tomadas para mitigação ou transferência do risco operacional.

- **Registro e acompanhamento de eventos significativos para risco operacional**

O ISP BR possui ferramental exclusivo para o registro e acompanhamento de eventos que sejam considerados como significativos para questões de risco operacional, com geração de relatórios e monitoramento dos eventos pela Matriz do Grupo ISP.

4.4 Risco de Crédito

Define-se risco de crédito, conforme a Resolução n. 3.721/09 do BACEN, como a possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O ISP BR possui uma estrutura adequada ao perfil de negócios e produtos oferecidos, e com as políticas internas. As áreas de negócio e controle de riscos são segregadas conforme exigido pela regulamentação vigente.

O Risco de Crédito (RWA_{cpad}) discriminado por fator de ponderação (FPR) pode ser visualizado abaixo:

Tabela 8 (R\$ mil)

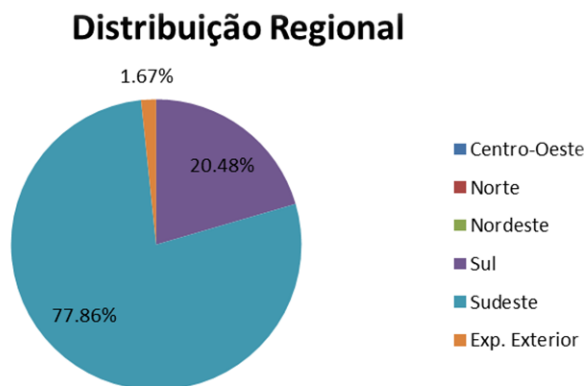
	Mar-17	Dec-16	Sep-16	Jun-16
FPR	655,391	695,217	472,000	485,495
2%	-	-	-	-
20%	34	46	-	386
50%	-	-	-	-
75%	-	-	-	-
85%	-	-	-	-
100%	651,416	690,942	469,572	478,958
250%	2,891	2,281	-	748
300%	-	-	2,045	4,986
Derivativos, Ganho Potencial Futuro e CVA	1,050	1,948	383	418

Abaixo a distribuição por setor de atividade econômica:

Tabela 9

Distribuição Setorial (000 BRL)	Público	Privado	Subtotal Setor	%Carteira
Bens de Capital e Serviços	-	94,325	94,325	19%
Construção e Transportes	-	150,324	150,324	30%
Consumo - Cíclico	-	43,892	43,892	9%
Consumo - Não Cíclico	-	4,548	4,548	1%
Financeiro	-	8,355	8,355	2%
Materiais Básicos	-	75,088	75,088	15%
Óleo, Gás e Biocombustíveis	-	70,133	70,133	14%
Tecnologia da Informação	-	-	-	0%
Telecomunicações	-	2,547	2,547	1%
Utilidade Pública	-	51,703	51,703	10%
Total	-	500,915	500,915	100%
%Carteira (Público/ Privado)	0%	100%		

Distribuição regional:



No processo de controle e mensuração do risco de crédito, destacam-se:

- **Processo de Avaliação e Monitoramento de Crédito**

O ISP BR possui metodologia e processo compreensiva de análise de aprovação, acompanhamento e recuperação de crédito em linha com as diretrizes globais do Grupo ISP, sendo seus principais pontos:

Análise compreensiva do cliente e produção de proposta de crédito com descrição de todos os aspectos relevantes para a avaliação de uma operação de crédito, levando-se em conta itens como posição financeira do cliente, comportamento de crédito, produtos a serem consumidos, eventuais riscos ao cliente e sua posição e demais;

Aprovação local da proposta em Comitê de Crédito do ISP BR ou junto a Matriz do Grupo ISP caso o valor da proposta esteja acima dos limites de autonomia do Comitê local. Em caso de aprovação junto a Matriz, o Comitê de Crédito do ISP BR deverá também deliberar sobre a aprovação concedida;

Monitoramento constante da qualidade e comportamento de crédito do cliente com o uso de ratings internos alinhados à metodologia do BACEN; e

Adoção de medidas preventivas e de recuperação do crédito em caso de deterioração do mesmo.

- **Modelo de Rating Interno**

O ISP BR possui modelo de rating interno para cada contraparte, em linha com a metodologia do Grupo ISP e harmonizada com a tabela de ratings do BACEN conforme a Resolução n. 2.682/99.

- **Risco de Concentração de Crédito e Garantias**

O ISP BR possui práticas de monitoramento do risco de concentração de crédito bem como admite a realização de operações amparadas por garantias de forma a mitigar o risco de crédito das operações, com a existência de critérios de aceitação de ativos para a formação de garantias.

As garantias são submetidas a reavaliação periódica de sua suficiência e executabilidade, sendo essa sob responsabilidade do Departamento de Crédito do ISP BR.

Abaixo temos, da carteira total, os maiores devedores:

Tabela 10

Concentração (%Carteira)	Mar-17
Maior devedor	15.28%
5 Maiores Devedores	68.09%
10 Maiores Devedores	83.05%

- **Avaliação de Perdas Associadas ao Risco de Crédito**

É de responsabilidade do DGRC a realização periódica da comparação entre as perdas estimadas e efetivas de crédito, informando tempestivamente a Diretoria do ISP BR e demais departamentos impactados sobre a evolução do risco de crédito.

5. Razão de Alavancagem

A Circular n. 3.748/15 do Bacen, em atendimento às recomendações do Comitê de Basileia, dispõe sobre a Razão de Alavancagem (RA). Este índice avalia a alavancagem de uma instituição financeira por meio da relação entre o Capital Nível I e os ativos registrado em valores contábeis, acrescidas de exposições fora de balanço (limites, avais, fianças e derivativos).

O Bacen deverá, futuramente, definir um percentual mínimo para o pleno atendimento deste índice.

O Anexo II contém o detalhamento do índice.

6. Anexo I – Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR

Anexo 1				
(Anexo 1 com redação dada pela Circular nº 3.716, de 21/8/2014 e alteração da Circular 3.784, de 26/1/2016.)				
Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR				
Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	306,065		
2	Reservas de lucros	20,857		
3	Outras receitas e outras reservas	2,934		
4	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	-		
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal	-		
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	329,857		
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-		
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-		
9	Ativos intangíveis	247		
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	-		
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-		
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-		
13	Ganhos resultantes de operações de securitização	-		
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo	-		
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-		
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-		
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal	-		
18	Valor agregado das participações líquidas inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-		
19	Valor agregado das participações líquidas superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-		



20	Direitos por serviços de hipoteca	-		
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-		
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-		
23	do qual: oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras que não sejam consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca	-		
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-		
26	Ajustes regulatórios nacionais	-		
26.a	Ativos permanentes diferidos	-		
26.b	Investimento em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-		
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeira no exterior, que não componham o conglomerado	-		
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-		
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-		
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-		
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-		
26.i	Destaque do PR	-		
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-		
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-		
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	246.54		
29	Capital Principal	329,610		
Número da linha	Capital Complementar: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)¹	Referência do balanço do conglomerado²
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-		
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-		
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-		
33	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº4.192, de 2013</i>	-		
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Complementar do conglomerado	-		
35	<i>do qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	-		
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	-		
Número da linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)¹	Referência do balanço do conglomerado²
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-		

38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar			
39	Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-		
40	Valor agregado dos investimentos líquidos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-		
41	Ajustes regulatórios nacionais	-		
41.a	Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que não exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-		
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-		
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-		
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-		
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-		
44	Capital Complementar	-		
45	Nível I	329,610		
Número da linha	Nível II: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	-		
47	<i>Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	-		
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias e elegíveis ao Capital Nível II do conglomerado	-		
49	<i>do qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	-		
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-		
51	Nível II antes das deduções regulatórias	-		
Número da linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) ¹	Referência do balanço do conglomerado ²
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-		
53	Investimentos cruzados em Instrumentos elegíveis ao Nível II			
54	Valor agregado dos investimentos líquidos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-		
55	Valor agregado dos investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-		
56	Ajustes regulatórios nacionais	-		
56.a	Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-		
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-		
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-		

57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-		
58	Nível II	-		
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	329,610		
60	Total de ativos ponderados pelo risco	736,987		
Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%		
61	Índice de Capital Principal (ICP)	44.7%		
62	Índice de Nível I (IN1)	44.7%		
63	Índice de Basileia (IB)	44.7%		
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	5.125%		
65	do qual: adicional para conservação de capital	1.250%		
66	do qual: adicional contracíclico	0.00%		
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)			
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	1.250%		
Número da linha	Mínimos Nacionais	%		
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III			
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	6.00%		
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	9.250%		
Número da linha	Valores abaixo do limite para dedução (antes da ponderação pelo risco)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)¹	Referência do balanço do conglomerado²
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		
73	Valor agregado das participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		
74	Direitos por serviços de hipoteca			
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	-		
Número da linha	Limites à inclusão de provisões no Nível II	Valor (R\$ mil)		
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada			
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada			
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-		
Número da linha	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)¹	Referência do balanço do conglomerado²
80	<i>Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>			
81	<i>Valor excluído do Capital Principal devido ao limite</i>			
82	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	-		
83	<i>Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite</i>	-		



84	<i>Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>	-	
85	<i>Valor excluído do Nível II devido ao limite</i>	-	

7. Anexo II – Modelo Comum de Divulgação de Informações sobre a Razão de Alavancagem

Anexo 2		
(Anexo 2 com redação dada pela Circular nº 3.748, de 27/2/2015)		
Modelo Comum de divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem		
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	574,500
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	- 247
3	Total das exposições contabilizadas no BP	574,253
-		
4	Valor de reposição em operações com derivativos	82
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	1,268
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	-
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	1,350
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	56,029
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-
14	Valor relativo ao risco de crédito de contraparte	25
15	Valor relativo ao risco de crédito de contraparte em operações de intermediação	-
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	56,054
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	150,237
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-
19	Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	150,237
Capital e Exposição Total		
20	Nível I	329,610
21	Exposição Total	781,895
Razão de Alavancagem (RA)		
22	Razão de Alavancagem de Basileia III	42.16